

ONDE ESTÃO AS MULHERES NO IFPR: ACHADOS DO PROJETO DE PESQUISA "MENINAS, MULHERES E CIÊNCIAS NO IFPR"

Joyce Luciane Correia Muzi¹
Gabriela Chicuta Ribeiro²

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apresentar os resultados do projeto "Meninas e Mulheres nas Ciências do IFPR campus Curitiba", iniciado em 2020, que investiga a participação feminina, tanto de discentes como de servidoras, em cursos técnicos integrados ao ensino médio. A pesquisa, de base qualitativa com apoio em dados quantitativos, revelou a baixa presença de meninas em cursos historicamente masculinos, como Mecânica e Jogos Digitais, bem como a desigualdade na distribuição de docentes nas áreas técnicas dos cursos técnicos ao ensino médio e em cargos de gestão. O estudo também aborda denúncias de assédio e a urgência de políticas institucionais para a equidade de gênero. Os dados evidenciam que, apesar de avanços, as mulheres ainda enfrentam grandes desafios na educação profissional e científica.

Palavras-chave: equidade de gênero; educação profissional e tecnológica; mulheres nas ciências.

Abstract: This article presents the results of the project "Girls and Women in Science at IFPR Curitiba Campus," initiated in 2020, which investigates female participation in technical high school programs. The research, primarily qualitative with support from quantitative data, revealed the low presence of girls in traditionally male-dominated fields such as Mechanics and Digital Games, as well as unequal distribution of female faculty in technical subjects and in management positions. The study also addresses harassment complaints and the urgent need for institutional policies to promote gender equity. The data show that, despite progress, women still face significant challenges in professional and scientific education.

Key-words: gender equity; professional and technological education; women in science.

¹ Doutora em Letras; Mestra em Educação; Mestra em Tecnologia; Especialista em Educação Bilíngue para Surdos; Especialista em Educação Musical para a Educação Básica. Pesquisa na área de estudos de gênero, estudos feministas, história das mulheres, direitos humanos das mulheres.

² Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná em 2007. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná em 2012. Iniciei em 03/11/2015 minhas atividades docentes como professora de Educação física, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, no Ensino médio técnico e na Licenciatura em Pedagogia. Entre maio de 2013 e maio de 2015, fui Professora substituta para o Departamento de teoria e Prática de ensino, da UFPR. No primeiro semestre de 2013, fui tutora orientadora de TCC e Estágio no curso EAD Formação Pedagógica da Ifpr. E fui professora assistente no curso de Educação Física, no Centro Universitário Campos de Andrade, de 2012 a 2014.

1 Introdução

Nosso interesse neste artigo é apresentar os achados do projeto de pesquisa "Meninas e Mulheres nas Ciências do IFPR *campus* Curitiba", que se configura como uma ação importante em defesa da igualdade de oportunidades para meninas e mulheres nas Ciências em nossa instituição. Criado em agosto de 2020, o projeto surge justamente com o intuito de levantar questões a respeito da participação de meninas nos cursos técnicos de Ensino Médio Integrado - em que medida estas conseguem êxito, permanecendo e encerrando os cursos. Ao mesmo tempo nos interessa verificar como se dá a atuação de servidoras docentes nos cursos e nos projetos de pesquisa e extensão no *campus*, e em cargos de gestão.

Para alcançar nossos objetivos, lançaremos mão de uma breve contextualização histórica e teórica sobre a participação das mulheres na construção da educação profissional e tecnológica em nosso país, comparando-a com o cenário atual.

2 Contexto histórico e teórico

Em 2008 o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva promulgou a Lei nº 11.892 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em todos os estados do país. Nesse momento histórico, a criação dessas instituições se configurou como um grande avanço e ganho uma vez que estas pretendiam alcançar lugares e pessoas com a oferta de cursos desde a educação básica até o ensino superior. Equiparados às universidades (art. 2º, §1º), foram estruturados para a oferta de ensino, assim como para o desenvolvimento de pesquisa, extensão e inovação. Nesse sentido, os IFs tornaram-se centros de referência para o desenvolvimento, incentivo e divulgação científica e tecnológica.

Importante lembrar que a história da educação profissional, científica e tecnológica em nosso país remonta às primeiras instituições criadas com essa finalidade ainda no século XIX, porém nos interessa remeter à criação, em 1909, das Escolas de Aprendizes e Artífices. Naquele momento, estas escolas foram criadas com o objetivo de

formar trabalhadores braçais para atender as indústrias. Sobre isso Amorim (2004) vai dizer:

...a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, que mais tarde irão compor o sistema nacional de ensino profissional, procura contemplar tanto as necessidades da crescente indústria nacional e regional quanto disciplinar pelo trabalho *os filhos* das classes trabalhadoras, afastando-os de quaisquer “desvios de comportamento”. Está inserida num contexto de grandes mudanças pelas quais passa o Brasil, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX (Amorim, 2004, p. 20. Grifos nossos.).

Durante esse período, conforme cita Amorim, a escola atendia exclusivamente meninos entre 12 e 16 anos, oferecendo 4 anos de curso primário que incluía, além do aprendizado nas oficinas, cursos de instrução elementar e de desenho. (Queluz, 2000, p. 49). Alguns anos mais tarde, em 1918, a faixa etária de estudantes admitidos foi modificada para 10 a 16 anos, mas ainda assim não se admitiam meninas.

E apesar de não serem admitidas como estudantes e, nesse sentido, imaginarmos que não havia pessoas que não fossem homens circulando naquele espaço, as mulheres estiveram presentes desde o início de funcionamento da escola, como demonstra Muzi (2011) em dissertação de mestrado; na tabela 1 reproduzimos seus achados da pesquisa que apontam que desde o primeiro ano de funcionamento na Escola de Aprendizes e Artífices mulheres fizeram parte da instituição.

Tabela 1 – Valores absolutos do número de homens e mulheres no período de 1911 a 1942

ano	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942
homens	9	*	21	21	12	23	*	21	19	*	22	19	21	19	19	18	15	16	15	15	13	15	*	14	15	17	18	16	20	**	*	17
mulheres	1	*	2	2	1	2	*	3	3	*	7	5	3	4	5	5	4	6	5	2	3	2	*	4	3	3	3	4	4	**	*	5
total	10	*	23	23	13	25	*	24	22	*	29	24	24	23	24	23	19	22	20	17	16	17	*	18	18	20	21	20	24	20	*	22

Fonte: adaptada de Muzi (2011).
 *dados não localizados.
 **somente dado total.

As mulheres atuantes na instituição, conforme ilustra a tabela reproduzida, eram contratadas como docentes para dar aula no curso elementar, equivalente ao ensino primário – sendo chamadas professoras do curso primário ou de instrução elementar, ou adjuntas, segundo os registros da época (Muzi, 2011). Sobre as adjuntas, contratadas para aprender com algum docente mais experiente (Romanowski, 2006), Muzi nos diz:

Até a década de 1930 foram várias as que ingressaram na Escola como adjuntas de desenho, adjuntas de professor do curso de instrução elementar e de instrução primária. Na verdade, ainda que as nomenclaturas fossem diferentes, elas diziam respeito à atuação das professoras somente no nível primário e elementar, “especialidade” da Escola conforme supracitado; basicamente então víamos as mulheres atuando nos cursos de instrução elementar e, mais adiante, de desenho,

nunca nas oficinas destinadas a formar os meninos nas áreas de alfaiataria, sapataria, marcenaria e serralheria, que ocorriam no turno da tarde. (Muzi, 2011, p. 142)

Fazemos esse destaque para lembrar que a educação profissional de modo institucionalizado não foi pensada para meninas num primeiro momento, mas as mulheres dela já faziam parte. O ingresso de meninas só será autorizado a partir da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 30 de janeiro de 1942, que traz a ideia da educação como um bem comum, porém, por outro lado, a distinção entre o que seria mais adequado de acordo com o sexo/gênero vai se evidenciar; as disciplinas de formação geral, chamadas práticas educativas, eram assim divididas: educação física, ministrada de acordo com as condições de idade, sexo e trabalho de cada estudante; educação musical; educação doméstica para as alunas, e educação pré-militar para os alunos (Muzi, 2011).

Todo este contexto nos é bastante caro para pensarmos em que medida temos uma alteração naquilo que se entende como educação profissional e tecnológica para meninas e para meninos. Obviamente, tivemos mudanças nas últimas décadas, sobretudo no que diz respeito às questões de gênero em nosso país, no entanto cabe destacar: ainda que atualmente não existam impedimentos formais para o acesso de meninas a qualquer nível de ensino ou curso pretendido, haja vista o preconizado na Constituição Federal em relação ao direito à educação e à igualdade de condições no mercado de trabalho, muitas são as barreiras que impedem que elas sejam livres para escolher acessar ou mesmo permanecer em determinados cursos e áreas profissionais.

Entendemos que ainda se exaltam as diferenças entre homens e mulheres, com foco em aspectos biológicos, culturais e linguísticos, por exemplo, para fundamentar as relações de dominação e, em especial, a divisão sexual do trabalho. Este conceito nos mostra que o capitalismo se estruturou a partir de papéis que foram sendo historicamente estabelecidos para homens, dentro daquilo que se entende como trabalho produtivo (público) e para mulheres restou o trabalho reprodutivo (privado) (Saffioti, 2013; Federici, 2021)³.

Atualmente no Brasil meninas e mulheres são a maioria da população brasileira e também nos cursos de graduação. Segundo dados do Censo da Educação Superior (Brasil, 2023), 59,1% ou quase 6 milhões de matrículas eram de mulheres; porém quando

³ E embora não seja o objetivo deste artigo, frisamos que nosso entendimento vai no sentido proposto por Federici (2021) de que um dos meios de libertação da mulher é o trabalho, ainda que este tenha se tornado também seu maior opressor.

adentram o mercado de trabalho, as mulheres têm salários menores desenvolvendo a mesma função que colegas homens. Segundo o 2º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios (Brasil, 2024), as mulheres ainda recebem 20,7% menos do que os homens nas 50.692 empresas com 100 ou mais empregados. O levantamento, que utiliza dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), documento obrigatório que reúne dados sobre o mercado de trabalho formal do Brasil, foi apresentado durante o evento de lançamento do Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens em setembro de 2024. Esses dados chamam atenção para a urgência de implementação da Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que trata sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, regulamentada pelo Decreto nº 11.795, de 23 de novembro de 2023, e pela Portaria Ministério do Trabalho e Emprego nº 3.714, de 24 de novembro de 2023.

Isso se agrava quando se trata de mulheres negras que, historicamente, ganham ainda menos do que seus pares (mulheres brancas e homens negros). O mesmo Relatório demonstra que no cenário nacional mulheres brancas ganharam quase 55% a mais que mulheres não brancas. E se tivéssemos dados de mulheres trans, com deficiência e indígenas talvez veríamos um cenário bastante semelhante.

Todos esses dados nos apontam para a permanente discriminação que meninas e mulheres sofrem quando de suas escolhas por carreiras que, muitas vezes, começam já no final do ensino fundamental, quando se deparam com a possibilidade de optar por ingressar em um curso técnico integrado ao ensino médio.

Dentro de uma perspectiva feminista, a percepção é de que mesmo tendo havido o rompimento com algumas das expressões mais agudas de desigualdade em termos formais ou legais, evidenciadas, por exemplo no acesso ao voto, à propriedade e à própria educação (Piscitelli, 2004, p. 44), ainda há muito o que se avançar, pois ainda há restrições impostas para as meninas, que acabam sendo direcionadas a tarefas que historicamente são destinadas a elas por um aparato da sociedade que considera somente aspectos biológicos como demarcadores de espaços, profissões e ações que meninas e mulheres devem ocupar.

A respeito de mulheres atuando como docentes em cursos das áreas STEM, a já pesquisa citada de Muzi (2011) evidenciou no contexto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) a discrepância no número de mulheres nos cursos dessa que a pesquisadora Sonia Leszczynski já caracterizava no final do século passado como “uma

escola ‘masculina’ em suas áreas de excelência” (1996, p. 102 apud Muzi, 2011, p. 189). Os dados de janeiro de 2010 apontavam que somente 28% do corpo docente do *campus* Curitiba da UTFPR eram mulheres, e estas estavam assim distribuídas:

Tabela 2 – Docentes por área do conhecimento no campus Curitiba em janeiro de 2010

Áreas	As mulheres estão distribuídas	Os homens estão distribuídos
Sociais/Humanas	28%	9%
Saúde/Biológicas	7%	1%
Ciências Exatas	65%	90%
Total	100%	100%

Fonte: Muzi (2011, p. 200)

Percebe-se a concentração maciça de mulheres nas áreas de Exatas, mas o percentual de mulheres é muito maior nas áreas de Sociais e Humanas que o dos homens, o que denota aquilo que temos visto em relação à presença de mulheres e homens em determinadas áreas.

Pesquisas mais recentes seguem apontando para números inferiores ao dos homens. Um exemplo é o apresentado por Rosilene Dias Montenegro em sua pesquisa sobre mulheres docentes em uma universidade pública brasileira, da região nordeste do Brasil:

Ao comparar os números totais de docentes homens e mulheres em atividade na UFCG, nos cursos de ciências exatas e engenharias tradicionalmente tidas como predominantemente ocupados por homens, veremos que não houve em termos absolutos, grande variação nos percentuais por sexo no ano de 2005 (16,53% de docentes mulheres), início da expansão de cursos e vagas em relação ao ano de 2018 (17,67% de docentes mulheres). E se excluirmos a quantidade de professoras do curso de Engenharia de Minas, os percentuais reduzem ainda mais, somando 15,12% em 2005, e 16,73% respectivamente (Montenegro, 2021, p. 22).

Segundo dados da Unesco (2018), mesmo com os avanços femininos nas áreas científicas ao longo dos anos, é notória uma disparidade em relação à questão de desigualdade de gênero: no final dos anos 2020, apenas 28% dos cientistas no mundo eram mulheres. Louro (2007) vai apontar que isso se dá devido à socialização, pois desde muito novas as meninas precisam aprender o que significa ser “menina” e/ou “feminina”, e os meninos, a ser “menino” e/ou “masculino”. O impacto disso se dá a longo prazo quando encontramos muitas mulheres no ensino superior, porém em áreas/cursos que

tradicionalmente são relacionados a características consideradas femininas, como Pedagogia e Enfermagem, por exemplo.

A partir do momento que pesquisadoras feministas passaram a investir na produção teórica voltada à compreensão das desigualdades de gênero, da subordinação histórica das mulheres e de sua invisibilidade nos espaços sociais e políticos (Louro, 2007), também a Ciência e seus pressupostos, marcados por valores androcêntricos e excludentes, que se expressam tanto na sub-representação das mulheres quanto na forma como estas são conceituadas e representadas nas teorias científicas (Schiebinger, 2001; Löwy, 2000), passaram a ser questionados. Explicações baseadas no determinismo biológico passaram a ser refutadas pelas cientistas que passaram a defender que as diferenças entre homens e mulheres são social e historicamente construídas. Com esse fim, o conceito de gênero emerge como categoria analítica capaz de evidenciar o caráter social das distinções baseadas no sexo (Scott, 1995).

As pesquisas feministas em Ciência e Tecnologia (C&T), portanto, denunciam o caráter não neutro da Ciência Moderna e defendem a construção de uma Ciência múltipla, situada, inclusiva e equitativa, atravessada por marcadores como gênero, raça, etnia e classe (Haraway, 1995; 2009; Keller, 2006).

Sobre este tema inúmeros trabalhos e iniciativas têm sido desenvolvidos em nosso país. O campo consolidado “Mulheres e ciências” tem como pressuposto tanto evidenciar a divisão sexual dentro dos campos e carreiras científicas, como estimular e visibilizar iniciativas que têm colaborado para uma mudança no cenário. Garcia e Perez Sedeño (2002) apontam para frentes importantes de estudos e atuação: o destaque para as pioneiras, com ênfase nas que contemporaneamente têm contribuído para disseminar o caráter histórico e sociológico do tema; e a formação de futuras cientistas que inclui a crítica aos pressupostos com vistas à sua derrubada. Destacamos as pesquisas diretamente relacionadas à Educação Profissional e Tecnológica como a de Joyce Barros e Andreza Lima (2024) que elenca dez trabalhos desenvolvidos sobre a participação de mulheres nos cursos técnicos dos Institutos Federais (IFs) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, o que demonstra um interesse contínuo sobre o tema.

Do mesmo modo nosso destaque vai para iniciativas e editais em âmbito nacional que buscam incentivar cada vez mais a participação de meninas em diferentes áreas, como o Movimento Meninas Olímpicas, fundado em julho de 2016, e que se autodenomina “um

ecossistema de olimpíadas científicas focado em meninas”, cujo objetivo é “aumentar a presença das mulheres em espaços estratégicos como no meio político, empresarial ou científico da sociedade, através do incentivo à participação igualitária das meninas na Computação e em olimpíadas de conhecimento na área de STEM”⁴.

Atuar em uma instituição de formação profissional, com a oferta de cursos desde a educação básica até o ensino superior em nível de mestrado, nos leva a tentar entender como se configura a participação de meninas e mulheres em diferentes espaços da instituição, seja como estudantes e docentes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, seja como pesquisadoras, seja como gestoras nos postos de comando. Assim, passaremos a apresentar achados importantes do projeto de pesquisa “Meninas, mulheres e Ciências”, desenvolvido no *campus* Curitiba do IFPR.

3 O projeto

A pesquisa iniciada em agosto de 2020 se pretende qualitativa, o que significa dizer que nos interessa entender a realidade, porém para isso temos feito uso de dados quantitativos. Embora Minayo (2003) estabeleça claramente a diferença entre as abordagens qualitativas e quantitativas, nos lembrando que enquanto a abordagem qualitativa busca o aprofundamento “no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”, trabalhar com estatística traz à tona “...apenas a região ‘visível, ecológica, morfológica e concreta’” (p. 22), a mesma autora entende que dados quantitativos e qualitativos podem se complementar, uma vez que a realidade que abrangem por serem de natureza distintas poderá interagir dinamicamente justamente para dar a entender uma nova perspectiva do fenômeno investigado.

Nesse sentido, procedemos com coletas de dados quantitativos para entender como se dá a participação das meninas e mulheres no *campus* Curitiba, no que diz respeito às posições ocupadas em cursos, em projetos de pesquisa e extensão, e em postos de decisão (cargos).

⁴ Mais informações sobre o Movimento disponíveis em: <https://tfcbr.inf.ufsm.br/quem-somos>

Com a participação desde o início do projeto de estudantes do ensino médio integrado, ora como voluntárias, ora como bolsistas de iniciação científica, o levantamento de referências para embasar nossos trabalhos foi a primeira etapa desenvolvida. Em 2021, quando já conhecíamos o “estado da arte”, solicitamos dados referentes às matrículas no período de 2012 a 2020, via Fala.BR, dos oito cursos técnicos que existem no *campus* Curitiba. De posse desses dados foi possível realizar uma catalogação e análise da presença de meninas nestes cursos.

Nesta segunda etapa, além das docentes responsáveis pelo projeto, atuaram duas estudantes (uma bolsista e uma voluntária, que depois passou a receber bolsa); debruçamo-nos sobre os dados dos oito cursos em um período de nove anos. As planilhas elaboradas nos possibilitaram montar gráficos (figuras 1 e 2) que nos mostram que os cursos técnicos em Processos Fotográficos (linha amarela) e em Administração (linha laranja) foram os mais ocupados por meninas, enquanto os cursos de Programação em Jogos Digitais (linha azul esverdeado) e Mecânica (linha azul escura) foram os menos ocupados.

Esses gráficos evidenciam aquilo que a bibliografia já apontava: embora as transformações sociais tenham sido intensas no que tange à ocupação dos bancos escolares e universitários por meninas e mulheres, ainda há muito que se avançar. As meninas ainda são minoria em cursos historicamente demarcados pelo masculino: Mecânica e Jogos hoje seguem sendo os cursos mais procurados por meninos que representam quase sempre sua totalidade. No primeiro ano, em 2022, por exemplo, só ingressaram 2 meninas e em 2023, 4, de uma média de 35 estudantes matriculados. Diante disso, aumenta o interesse em indagar por que persistem essas demarcações de gênero quando se pensa a escolha de determinados cursos técnicos por elas e de que maneira isso ocorre no *campus* Curitiba.

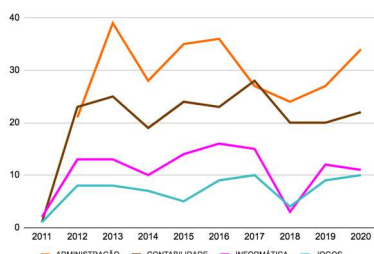
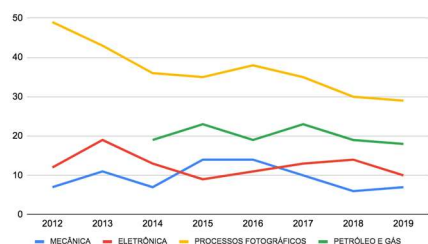


Figura 1 - Presença de meninas em cursos técnicos do IFPR campus Curitiba
Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Figura 2 - Presença de meninas em cursos técnicos do IFPR *campus* Curitiba



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Em pesquisa realizada no *campus* Paranaguá do IFPR, sobre a presença de mulheres em cursos de nível médio técnico, licenciaturas e cursos superiores de Tecnologia, por Tortato e Santos (2021) apresentam resultados semelhantes: um maior número de meninos matriculados nos cursos técnicos integrados em Mecânica e em Informática. No caso do *campus* Curitiba, nossa pesquisa revela que, embora não seja o curso menos ocupado por meninas, Informática também tem baixa procura em relação aos demais cursos.

Em relação à participação docente nos cursos técnicos de nível médio, elaboramos a tabela 1 para mostrar a distribuição de homens e mulheres nas disciplinas técnicas:

TABELA 1 - Número de homens e mulheres atuando em disciplinas técnicas, nos 8 cursos técnicos integrados ao ensino médio no IFPR *campus* Curitiba, em março de 2023

Curso	Mulheres	Homens	Total
Administração	4	4	8
Contabilidade	5	6	11
Eletrônica	0	9	9
Informática	2	4	6
Jogos digitais	4	2	6
Mecânica	3	9	12
Petróleo e Gás	1	8	9
Processos Fotográficos	3	5	8
Total	22	47	69

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados disponíveis no site oficial do IFPR *campus* Curitiba (2023).

Mesmo no curso com presença massiva de meninas, o curso técnico em Processos Fotográficos, encontramos mais docentes homens. Neste curso, a título de ilustração, em 2022 tivemos somente 2 meninos matriculados em uma turma de 35 estudantes.

Os dados da tabela 1 nos mostram: a) a inexistência de mulheres de área técnica no curso de Eletrônica; b) a presença de apenas uma professora perante 8 professores no curso de Petróleo e Gás; e c) a presença de somente 3 professoras contra 9 professores no curso de Mecânica – todos estes cursos figuram com uma baixa procura de meninas, segundo mostramos nas figuras 1 e 2.

Na totalidade dos 8 cursos técnicos, temos somente 22 professoras atuando, o que representa 32% do corpo docente técnico. Estes dados estão longe de ser os ideais, se considerarmos as mudanças em relação à perspectiva de gênero na educação e no mundo do trabalho e que a maioria da população brasileira é de mulheres.

Se colocamos a realidade do *campus* em comparação com o total de mulheres em todo o IFPR percebemos como a situação nas áreas técnicas é alarmante:

Tabela 2 - Total de servidoras no *campus* Curitiba e no IFPR, em março de 2023.

<i>campus</i> Curitiba	IFPR
316	1186
48%	47%

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do Portal Info (2023).

Mesmo com todas as mudanças sociais ocorridas em nosso país, o cenário em uma instituição de educação profissional e tecnológica não é muito diferente do que vemos ao longo da história. As mulheres estão presentes, mas, em algumas áreas, sua presença é inexpressiva ou inexistente, como vimos na tabela 1.

E quando nos voltamos aos dados dos projetos desenvolvidos no *campus*⁵ em 2023, descobrimos que do total de 164 projetos analisados, 95 deles eram coordenados por professores, enquanto somente 69 por professoras, dados que corroboram o que abordamos anteriormente, sobre a menor participação das mulheres.

⁵ Os projetos foram analisados, com a autorização da Diretoria de Pesquisa, Extensão e Inovação, a partir do sistema Siscope, já em desuso e substituído por uma nova plataforma a partir de 2025, o Suap (Sistema Unificado de Administração Pública).

Percebemos que, a despeito de tantas mudanças históricas e culturais, incluindo a maior escolarização feminina conforme apontamos, ainda se evidencia uma menor participação de mulheres no contexto da EPT, nos fazendo crer que o funcionamento dos cursos e das práticas de pesquisa ainda reproduz padrões excludentes.

As análises de Saffioti (2013) sobre a divisão sexual do trabalho são centrais para compreender o contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais. Muitas estudantes dos IFs acumulam responsabilidades de trabalho doméstico, cuidado de familiares e inserção precoce no mercado de trabalho, o que dificulta a permanência em cursos de alta carga horária e forte exigência de dedicação, como os das áreas tecnológicas. Por fim, não podemos ignorar a perspectiva interseccional que, conforme formulada por Kimberlé Crenshaw (2002), evidencia que as desigualdades de gênero nos IFs não afetam todas as mulheres da mesma forma. Meninas e mulheres negras, pobres, trans, surdas, com deficiência, oriundas de zonas rurais ou periferias urbanas enfrentam múltiplas barreiras para acessar, permanecer e se reconhecer como produtoras de C&T. Essas desigualdades revelam que políticas de incentivo genéricas são insuficientes, sendo necessária a adoção de ações institucionais que considerem a articulação entre gênero, raça, classe e outros marcadores sociais.

Dessa forma, no contexto brasileiro e dos Institutos Federais, a menor participação de meninas e mulheres nas áreas mais valorizadas da C&T deve ser compreendida como resultado de estruturas históricas, culturais e institucionais que continuam a produzir desigualdades de gênero, e não como fruto de desinteresse ou incapacidade individual. Essa leitura feminista reforça a importância de políticas educacionais comprometidas com a equidade, a educação em direitos humanos e a transformação das culturas institucionais.

Finalmente, outro dado importante a ser analisado por nós diz respeito à ocupação dos cargos de gestão. No final do ano de 2023, passamos por um processo eleitoral para eleger diretoras e diretores gerais e para o cargo de reitor/a. Dos *campi* do IFPR que passaram pelo processo, 20(vinte) elegeram homens e somente 4 (quatro) elegeram mulheres para ocuparem o cargo máximo do *campus*. Além disso, apesar de termos tido uma mulher como candidata à reitoria, ela acabou não sendo eleita.

Também é importante destacar que, em 2024, as pessoas eleitas foram empossadas, o que lhes deu a possibilidade de escolha das equipes de gestão; tanto na reitoria, quanto nos *campi*. Nesse caso, embora os cargos máximos sejam escolhidos por

eleição, os demais são por indicação (diretor/a de ensino/pesquisa/extensão, adjunto/, de planejamento/administração e de pesquisa/extensão/ inovação).

Com o objetivo de compreender a participação de mulheres e homens em cargos de decisão, fizemos o levantamento, a partir de dados disponibilizados pela página oficial da reitoria, da quantidade de homens e mulheres que em 2024 ocupavam cargos de gestão (tabela 3).

Tabela 3 - Total de servidoras e servidores em cargos de gestão em 2024 no IFPR

	Quant. de Mulheres		Quant. de Homens		Total de pessoas
reitoria	14	35%	26	65%	40
<i>campi</i>	20	26%	57	74%	77
Total	34	29%	83	71%	117

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do site oficial do IFPR (2024).

Os resultados demonstram que tanto na reitoria, quanto nos *campi* o número de mulheres ocupando cargos de decisão é consideravelmente inferior ao de homens. Isso nos mostra que, embora a educação seja um campo preponderantemente feminino, quando se trata de cargos de poder, o número de mulheres cai consideravelmente. E em se tratando da educação profissional e tecnológica isso também parece não ser novidade.

Na tabela 4 vemos como se distribuem as 20 mulheres ocupando cargos em 2024 nos *campi*:

TABELA 4 - Distribuição de mulheres, de acordo com o cargo que ocupam nos *campi*

Cargo	Quant. de Mulheres		Quant. de Homens		Total de pessoas
Diretor(a) de Ensino, Pesquisa e Extensão	6	33,3%	12	66,7%	18

Diretor(a)-Geral	4	16,7%	20	83,3%	24
Diretor(a) de Planejamento e Administração	3	15,8%	16	84,2%	19
Diretor(a)-Adjunto(a)	2	40%	3	60%	5
Outros	5	45,4%	6	54,6%	11

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do site do IFPR (2024).

Além disso, do total dos 26 campi, em 12 não encontrávamos em 2024 nenhuma mulher em cargo de gestão e somente em um, no *campus* Foz do Iguaçu, encontrávamos mulheres nestes cargos.

Do ponto de vista geral, temos um cenário que, embora o número de mulheres e homens esteja muito próximo, segundo a tabela 2, do ponto de vista das áreas que ocupam e da possibilidade de atuar em cargos de direção, as mulheres estão em desvantagem.

Algo que chama atenção é que, embora seja uma instituição relativamente nova, tem figurado ao lado de instituições tradicionais no que tange a questões bastante sensíveis e que têm se tornado um tema cada dia mais urgente nas instituições. Nosso projeto não tem como foco investigar as questões de assédio, porém, como trabalhamos com as desigualdades de gênero dentro da educação profissional e tecnológica, é quase impossível não tocar nas questões que afastam as meninas e mulheres de determinadas áreas.

No dia 7 de setembro de 2024, alguns dias depois do escândalo que abalou o país em relação às denúncias de importunação sexual do então ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, um portal de notícias sensacionalista da capital do estado do Paraná divulgou a seguinte notícia: “Assédio sexual: Hospital de Clínicas, IFPR e UTFPR lideram ranking de denúncias em órgãos federais no Paraná”.

O texto, assinado pela jornalista Josianne Ritz, começa informando que a Controladoria Geral da União (CGU) mantém um painel informativo nomeado “Resolveu?” no qual disponibiliza informações sobre todos os registros realizados via Rede Nacional de Ouvidorias. Segundo Ritz (2024), somente em 2024 foram registradas 571 denúncias e reclamações de assédio sexual nas “Ouvidorias de 173 órgãos públicos federais, como ministérios, universidades, hospitais, empresas estatais e autarquias”.

Ainda segundo o texto, do total, 25⁶ são do estado do Paraná, e a lista é encabeçada pelas seguintes instituições:

1º lugar: Complexo Hospitalar de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - 11 registros

2º lugar: Instituto Federal do Paraná (IFPR) – 5 registros

3º lugar: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – 4 registros

4º lugar: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) – 2 registros

É evidente que as desigualdades de gênero estão diretamente ligadas a realidades como esta, em que ainda temos que enfrentar situações em que o “ser mulher” é visto como menor em nossas instituições. E isso aponta para a urgência de termos ações institucionais para a) diminuir a disparidade de gênero nas instâncias de tomadas de decisões; b) instituir uma política voltada ao respeito às diversidades e aos direitos humanos. Já passou da hora.

No contexto dos IFs, portanto, as perspectivas feministas nos ajudam a compreender por que a participação de meninas e mulheres nas áreas mais valorizadas da C&T permanece significativamente inferior à dos homens, mesmo diante da ampliação do acesso à educação e da ausência de impedimentos formais; as contribuições de Löwy (2000) e Schiebinger (2001) permitem analisar como também no Brasil C&T foram historicamente constituídas como campos masculinizados, tanto em termos de cultura institucional quanto de organização curricular. Nos IFs, essa herança se expressa na concentração de estudantes do sexo masculino em cursos técnicos e superiores das áreas de engenharias, informática e tecnologias industriais, enquanto meninas e mulheres permanecem majoritariamente associadas a cursos vinculados ao cuidado, à educação e aos serviços, reproduzindo a divisão sexual do conhecimento, e em menor número nos cargos de decisão.

Além disso, como aponta Schiebinger (2002), a exclusão das mulheres da Ciência opera sobretudo por meio de mecanismos informais. Nos IFs, esses mecanismos podem se manifestar em práticas pedagógicas pouco sensíveis às desigualdades de gênero, em ambientes de sala de aula e de laboratório marcados por estereótipos, na deslegitimação simbólica das competências femininas e na escassez de referências de mulheres cientistas e tecnólogas nos currículos e materiais didáticos. Tais fatores impactam negativamente o

⁶ Segundo a plataforma, três registros foram arquivados por falta de clareza, insuficiência de dados e manifestação imprópria e inadequada.



sentimento de pertencimento das estudantes e contribuem para a evasão ou redirecionamento de trajetórias acadêmicas.

4 Considerações finais

Há um reconhecimento de que a presença de meninas e mulheres nos espaços científicos cresce, porém observa-se que muito há ainda que se avançar no que diz respeito à ocupação das mulheres em nossa instituição, cuja tradição, se considerarmos a história da educação profissional no Brasil, é masculina.

De modo a fazer algumas considerações parciais, pois o projeto permanece em desenvolvimento e, diante do que foi possível pesquisar até o presente momento, podemos concluir que ainda há um longo caminho de luta pela maior participação de estudantes e docentes nos espaços científicos. Especialmente, em se tratando de uma instituição de ensino que fomenta ações de pesquisa, extensão e inovação, como é o caso do IFPR, entendemos como urgente a mudança de padrão, para que mais meninas e mulheres possam fazer parte da construção de áreas e futuros profissionais nas quais elas sempre foram minoria. Das egressas dos cursos de Mecânica, Eletrônica, Informática e Jogos Digitais de que temos notícia, sabemos que todas seguiram para a universidade, e muitas delas foram para Engenharias, áreas reconhecidamente masculinas. Muito provavelmente elas se depararam com cursos muito parecidos com os que cursaram no IFPR: professores praticamente todos homens, colegas praticamente todos homens, currículos pensados a partir do conhecimento produzido por homens. A diferença? É que, por terem sido nossas alunas, pesquisadoras e extensionistas sobre “Mulheres e Ciências”, elas passaram por pelo menos três anos de treinamento para enfrentar essas desigualdades.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Mário L. **Da Escola Técnica de Curitiba à Escola Técnica Federal do Paraná**: projeto de formação de uma aristocracia do trabalho (1942-1963). 2004, 387 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BARROS, Joyce Karoline Guerra; LIMA, Andreza Maria de. Estudantes mulheres nos Cursos Técnicos dos Institutos Federais: A produção científica da Pós-Graduação brasileira (2012-2022). **Revista Estudos Aplicados em Educação**, v. 9, jan./dez. 2024. Disponível em:

https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/pt_BR/article/view/9521/4245 Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **2º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios**. set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Setembro/mulheres-ganham-20-7-menos-que-homens-em-empresas-com-mais-de-100-funcionarios-aponta-2deg-relatorio-de-transparencia-salarial/Apresentacao.MTE.17092024final.pdf> Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior> Acesso em: 18 mar 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE. **Lei Orgânica de Ensino Industrial**. Rio de Janeiro: 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 jun. 2020.

CRENSHAW, Kimberley: Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

GARCÍA, Marta G.; Perez Sedeño, Eulalia. Ciencia, tecnología y género. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad y Innovación**, n. 2, Madrid, OEI, jan./abr., 2002.

HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: TADEU, Tomaz (Org.): **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. São Paulo: Autêntica, 2009, p. 33-118.

HARAWAY, Donna J. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvención de la naturaleza**. Madrid: Ediciones Cátedra S.A., 1995.

IBGE. **Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2021.

IFPR. Dados gerais. In: **Portal de Informações do IFPR**, 2023. Disponível em: <https://info.ifpr.edu.br/> Acesso em: 12 abr. 2023.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, n. 27, jul./dez. 2006, p. 13-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Corpo e Sexualidade: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.



LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos ‘situados’. **Cadernos pagu**, v. 15, p. 15-38, 2000.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. As mulheres nas ciências e engenharias. A presença por gênero nas escolas politécnicas e engenharias. In: MONTENEGRO, Rosilene Dias; SILVA, Fabio Ronaldo; GUEDES, Raquel da Silva. (Orgs.). **História das Ciências e Tecnologias: onde estão as mulheres?** Campina Grande: Editora Ampla, 2021. p. 12-25. Disponível em: <https://ampllaeditora.com.br/publicacoes/2267/> Acesso em: 16 jan. 24.

MUZI, Joyce Luciane Correia. **De Escola de Aprendiz a Universidade Tecnológica: desvelando a participação das mulheres na história de uma instituição de educação profissional**. 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia L.; SCHMIDT, Simone (Orgs.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p. 43-64.

QUELUZ, Gilson L. **Concepções de Ensino técnico na República Velha 1909-1930**. Curitiba: Editora CEFET-PR, 2000.

RITZ, Josianne. Assédio sexual: Hospital de Clínicas, IFPR e UTFPR lideram ranking de denúncias em órgãos federais no Paraná. **Bem Paraná**, 2024. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/parana-registrou-25-denuncias-de-assedio-sexual-em-orgaos-federais-neste-ano-veja-quais-lideram-o-ranking/> Acesso em: 8 set. 2024.

ROMANOWSKI, Joana P. **Formação e profissionalização docente**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Ibpx, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: Edusc, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, v. 6, n. 2, jul./dez. 1995.

TORTATO, Cintia de Souza B.; SANTOS, Bhranda Patricia dos. Mapeando espaços femininos e masculinos em um Instituto Federal. In: MONTENEGRO, Rosilene Dias; SILVA, Fabio Ronaldo; GUEDES, Raquel da Silva. (Orgs.). **História das ciências e tecnologias: onde estão as mulheres?** Campina Grande: Editora Ampla, 2021. p. 407-419. Disponível em: <https://ampllaeditora.com.br/publicacoes/2267/> Acesso em: 29 mai.



24.

UNESCO. **Decifrar o código:** educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691> Acesso em: 20 mar. 23.